

IDEIAS ORTOGRÁFICAS DE MADUREIRA FEIJÓ E DE SOARES BARBOSA

MADUREIRA FEIJÓ AND SOARES BARBOSA'S
ORTOGRAPHIC IDEAS

Sónia Coelho | Susana Fontes

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO, PORTUGAL
ccoelho@utad.pt | sfontes@utad.pt

Desde sempre os estudiosos da língua refletiram sobre as questões ortográficas. Durante os séculos XVIII e XIX, vários foram os tratados metaortográficos dados à estampa, de entre os quais se destaca a *Orthographia, ou Arte de Escrever, e Pronunciar com acerto a Lingua Portugueza* (1734), de João de Morais Madureira Feijó, cuja influência se estendeu ao século XIX, época em que foi publicada a *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* (1822), de Jerónimo Soares Barbosa, que apresenta, pela primeira vez e formalmente, um sistema ortográfico misto. Neste sentido, tendo em conta a importância das duas obras, pretendemos, no presente artigo, analisar e confrontar as propostas ortográficas destes dois autores, atentando na definição de ortografia apresentada, no alfabeto proposto, na representação da nasalidade, assim como nos ditongos elencados por ambos, especificando o caso do ditongo nasal [ẽw].

Palavras-Chave: *Orthographia, ou Arte de Escrever, e Pronunciar com acerto a Lingua Portugueza* (1734), *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* (1822); Ortografia

Linguists have always reflected about orthographic issues. During the eighteenth and nineteenth centuries, many orthographies were published, among which is worth mentioning the *Orthographia, ou Arte de Escrever, e Pronunciar com acerto a Lingua Portugueza* (1734) of João de Morais Madureira Feijó, whose influence extended into the nineteenth century, when the *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* (1822) of Jerónimo Soares Barbosa was published, presenting for the first time and formally a mixed spelling system.

Therefore, taking into account the importance of the two works, in this article we intend to analyze and confront the orthographic proposals of these two authors, considering the definition of orthography presented, the proposed alphabet, the representation of nasality, as well as the diphthongs listed by the authors, specifying the nasal diphthong [ẽw].

Keywords: *Orthographia, ou Arte de Escrever, e Pronunciar com acerto a Lingua Portugueza* (1734), *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* (1822); Orthography

Introdução

Durante os séculos XVIII e XIX, a questão ortográfica foi amplamente discutida e a necessidade de fixação de uma única escrita normativa é visível no incremento da produção de tratados ortográficos, que se sucediam uns após outros, sem, no entanto, se chegar a uma decisão ‘definitiva’. Como refere Rita Marquilhas (1991: 8):

[...] apesar de no século XVIII se terem criado em Portugal excepcionais condições culturais para a convenção de uma única ortografia, essa convenção nunca chegou a ser celebrada, nem sequer tacitamente, podendo falar-se apenas de várias ortotipografias, umas vezes paralelas, outras vezes divergentes.

Durante este período, destaca-se a *Orthographia, ou Arte de Escrever, e Pronunciar com acerto a Lingua Portugueza* (1734),⁽¹⁾ de João de Moraes Madureira Feijó (1688-1741), que “[...] chegou a ser o tratado ortográfico com o maior êxito, até inclusive no século XIX.” (Kemmler, 2001: 206).⁽²⁾

(1) No nosso trabalho, usaremos a 3ª edição, de 1781, por se tratar da primeira edição póstuma, a partir da qual se registaram as principais alterações.

(2) Acerca das edições e da importância desta obra, leiam-se as palavras que Inocêncio escreve depois de apresentar a segunda edição: Multiplicaram-se depois as edições sucessivamente, sempre com a indicação de *mais correctas*, até á decima, que é de Lisboa, 1824. 4.º Depois d’esta sahiram ainda não sei quantas. Uma

Com a publicação desta *Orthographia*, a corrente etimológica,⁽³⁾ assente no ideal de perfeição linguística e na filiação às línguas clássicas, assume uma posição cimeira e, malgrado outras propostas, como as dos “sónicos”, terá lugar de destaque até aos inícios do século XX.

É precisamente neste período que vem a lume uma das mais importantes gramáticas da língua portuguesa, a *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* (1822) de Jerónimo Soares Barbosa (1737-1816), que teve, durante o século XIX, sete edições (1822, 1830, 1862, 1866, 1871, 1875, 1881), todas elas publicadas sob a chancela da Academia das Ciências de Lisboa.

Dos quatro livros que compõem esta gramática, o II é dedicado à *Orthographia, ou boa Escripura da Lingua Portugueza*. Neste livro, o autor reflete sobre os vários sistemas ortográficos existentes, cabendo-lhe o pioneirismo ao introduzir um sistema misto, o sistema usual,⁽⁴⁾ que conciliava etimologia e a pronúncia.

Neste sentido, tendo em conta a importância das duas obras, pretendemos, no presente artigo, analisar e confrontar as propostas ortográficas destes dois autores, atentando na definição de ortografia apresentada, no alfabeto proposto, na representação da nasalidade, assim como nos ditongos elencados por ambos, especificando o caso do ditongo nasal [ẽw].

que tenho presente, com a designação de *nova edição mais correcta* é de Lisboa 1836. 4.º - E o caso é, que todas se acham hoje exaustas, por modo que se tracta de publicar com toda a brevidade uma, que me dizem estar no prélo.

Vê-se pois, que não obstante a censura do P. Francisco José Freire, [...] a sua *Orthographia* ha sido sempre a mais seguida e geral entre nós (Silva, 1859, III: 422-423).

- (3) Com o Renascimento, a admiração que já existia pelo latim redobrou, subjugando os espíritos por forma tal, que a sua ortografia tornou-se modelo da nossa, que foi em grande parte posta de lado, em prejuízo da língua, da qual muitos sons deixaram de ser representados consoante a sua pronúncia secular. Essa obsessão era tal que, porque assim se escrevera em latim, entraram a empregar-se caracteres que não correspondiam a nenhum som da fala, resultando daí duplicação de consoantes em casos perfeitamente escusados, e a generalização do emprego dos símbolos *ch*, *ph*, *th* e *rh*, que dantes eram de uso restrito (Nunes, 1989: 195-196).
- (4) Kemmler (2012: 304) creê “[...] tratar-se efetivamente da primeira vez que o termo ‘ortografia usual’ se encontra referido explicitamente numa obra metalinguística portuguesa [...]”.

1. Definição de Ortografia

A história da ortografia portuguesa⁽⁵⁾ ficou marcada por uma oscilação permanente entre duas forças: a da vernaculização e a da latinização, reflexo de um determinado contexto político, social e cultural. Depois de um período inicial, fortemente marcado pelo critério fonético, verificou-se um regresso às origens, numa tentativa de codificação gráfica, assente nas noções de perfeição e purismo ortográficos, e uma consequente recuperação da etimologia. Esta corrente, justificada pelo ambiente cultural em que se vivia, encontra o seu auge em João de Morais Madureira Feijó, cujas soluções gráficas assentam no modelo ortográfico latino, com a sobreposição da vigente histórica à fonética.⁽⁶⁾

No que respeita à definição de ortografia, Madureira Feijó define-a da seguinte forma:

Orthographia, ou *Orthografia* he aquella Arte, que ensina a escrever com acerto nas *letras*, de que se compõem as dicções; na *divisaõ*, que se faz das palavras, quando não cabem inteiras no fim das regras; nos *pontos e virgulas*, com que se divide o sentido das orações; nos *accentos*, ou *tons*, com que se pronunciaõ as vogaes em cada palavra. (Feijó, 1781: 7).

Nesta definição, destaca-se o espírito normativo e o objetivo pedagógico, expressamente assumidos pelo autor, para além do estatuto de arte atribuído à ortografia, que remete para o conhecimento e aplicação de regras com o propósito de alcançar uma escrita correta, assente num ideal de perfeição linguística, que nos conduz ao purismo das suas origens greco-

(5) Podemos considerar que existem três momentos distintos que marcam a história da ortografia portuguesa:

[...] o primeiro dos quais, caracterizado por uma certa aderência da escrita à pronúncia, abraça os séculos que vão do XIII até cerca de meados do XVI; o segundo período (de ortografia etimológica) vai do Renascimento até ao início do século XX e o terceiro (período das reformas ortográficas) desenvolve-se desde então (Tavani, 1987: 201).

A este respeito veja-se também Williams (1991) e Kemmler (2001).

(6) O critério etimológico seria o único a assegurar a estabilidade necessária para garantir a codificação gráfica, o que seria mais difícil através da aplicação do critério fonético, devido à instabilidade que lhe está associada. A este respeito, Kemmler (2007: 324) aduz:

Além da impossibilidade de isolar um modelo ortoépico geral dentro do diassistema do seu tempo, modelo no qual se poderia basear o sistema ortográfico, outro dos argumentos principais de Feijó é a mudança linguística que faria com que um sistema fonográfico passasse a ser desatualizado. A solução é óbvia: é o recurso à etimologia e à analogia que garante a necessária estabilidade ortográfica.

-latinas.⁽⁷⁾ Ademais, ressaltam também as referências acerca de “[...] a divisão silábica, a pontuação e a ortoépia, assuntos que até então só estavam situados à margem da ortografia.” (Kemmler, 2001: 217).

Na senda do que acontecia com outros ortógrafos e gramáticos, Feijó pretende apresentar uma ortografia diferente, que pudesse resolver os problemas presentes nas obras anteriores, das quais discorda, considerando que muitas vezes os seus autores se contradizem uns aos outros e a si mesmos⁽⁸⁾ no que concerne às teorias ortográficas defendidas:

Mas sendo muitas as Orthografias, que tem sahido á luz, e nos ensinaõ regras para os *accentos*, para a *pontuação*, e *divisaõ*, que se reduzem a preceitos certos; ainda não sahio huma, que nos ensinasse a escrever com certeza as letras, de que se devem compor as dicçoens, ou palavras na nossa lingua Portugueza; porque ja nos dizem, que devemos observar a *analogia*, e *etymologia* das palavras, imitando nas letras aquellas, donde tiverem a sua origem; ou aquellas com que tiverem sua proporção, e similhaça; como em seu lugar explicaremos. Mas logo se desviaõ destas regras em muitas palavras, que não escrevem nem por analogia, nem por etymologia; dizendo, que assim escrevem os doutos na nossa lingua. Ja nos dizem, que a melhor Orthografia he aquella, que mais se accomoda com a recta pronunciaçãõ das palavras. (Feijó, 1781: 7-8).

De seguida, o autor expõe os seus argumentos para nos dar a conhecer a sua doutrina ortográfica: defende a etimologia em detrimento da pronúncia, à qual se segue o critério da analogia. “Esta seria aplicável aos numerosíssimos casos de palavras que não remontam necessariamente a um dado étimo, mas são resultado de processos morfológicos (composição, derivação, etc.)” (Kemmler, 2001: 218).

Por seu turno, Soares Barbosa, na *Grammatica Philosophica*, considera igualmente a ortografia como a arte de escrever corretamente, no entanto apresenta uma perspetiva mais abrangente, contemplando, na sua proposta, os diferentes sistemas ortográficos vigentes:

(7) A propósito da *Orthographia* de Feijó, Williams (1991: 41) considera que a mesma “[...] teve tremenda influência em favor da causa das grafias etimológicas por mais de um século e meio”. Referindo-se ao seu autor, diz-nos que ele “[...] não só instava pela grafia latina de palavras recémintroduzidas, mas também pela sua pronúncia na conformidade com a grafia.”

(8) Quanto aos *Orthografos*, que ja nos ensináraõ as regras desta arte, de tres que li, nenhum deve ser imitado; não so porque escrevêraõ em tempo, em que a nossa lingua estava menos apurada, e por isso as suas regras se não conformaõ ja com a melhor pronunciaçãõ; mas porque huns contradizem aos outros, e athe a si mesmos se contradizem. (Feijó, 1781: 9).

A *Orthographia* he a Arte de escrever certo, isto he, de representar exactamente aos olhos por meio dos caracteres Litteraes do Alphabeto Nacional, os sons, nem mais nem menos, de qualquer vocabulo, e na mesma ordem, com que se pronunciação no uso vivo da Lingua: ou bem assim os que o mesmo vocabulo em outro tempo teve nas Linguas mortas, donde o houvemos.

Assim o vocabulo *Ortografia*, escripto por este modo, representa ao justo os sons de sua pronunciação viva na Lingua Portugueza. Porém escripto, como se vê ao principio, representa, não so os sons, que tem presentemente, mas tambem os que teve em outro tempo no uso vivo da Lingua Grega, donde o houvemos. (Barbosa, 1822: 56)

Esta definição, que retoma em quase tudo a apresentada pelo autor na *Eschola Popular*,⁽⁹⁾ remete-nos de imediato para os dois sistemas ortográficos que durante as centúrias setecentista e oitocentista foram amplamente discutidos. Soares Barbosa ilustra precisamente estes dois tipos de sistema recorrendo à palavra ‘ortografia’, que, dependendo da forma como se escreve, pode representar apenas o modo como se pronuncia ou a sua origem grega.

O autor prossegue, dizendo que:

A primeira *Orthographia* chama-se da *Pronunciação*; porque não emprega caracteres alguns ociosos e sem valor: mas tão somente os que correspondem aos sons vivos da Lingua. A segunda chama-se *Etymologica*, ou de *Dirivação*; porque admite letras, que presentemente não tem outro prestimo senão para mostrar a origem das palavras (*Idem*, 56-57).

A par destes dois sistemas ortográficos, muitas vezes contraditórios, caminhava um sistema misto, que conciliava etimologia e pronunciação, tendo por base o uso:

(9) Na terceira parte da *Eschola popular, Da calligraphia, e orthographia, ou arte de escrever bem e certo a lingua portugueza*, pode ler-se a seguinte definição de ortografia:

Orthographia he a Arte de escrever certo, isto he, de representar exactamente aos olhos por meio dos caracteres litteraes do Alphabeto Nacional os sons nem mais nem menos de qualquer vocabulo, e na mesma ordem, em que se pronunciação no uso vivo da lingua; ou bem assim os que o mesmo vocabulo em outro tempo teve nas linguas mortas, donde nos veio. Assim o vocabulo *Ortografia*, escripto deste modo, representa ao justo os sons da sua pronunciação viva na Lingua Portugueza. Porem escripto como se vê ao principio, representa não só os sons que tem, mas tambem os que teve em outro tempo no uso vivo da Lingua Grega, donde o houvemos (Barbosa, 1796c: 56).

Acerca da comparação entre estas duas definições, consulte-se Kemmler (2012).

Entre estas duas Orthographias caminha a *usual*, assim chamada, porque não tem outra auctoridade se não a do uso presente e dominante; ja para seguir as Etymologias, e introduzir arbitrariamente escripturas mui alheas da pronunçiação presente; ja para não fazer caso da dirivação mesma, e incoherente em seus procedimentos escrever, por ex: *He*, *Huma* com H, que não ha na origem Latina; e *Filosofia*, e *Fyzica* com F e Z, que não ha nas palavras Gregas⁽¹⁰⁾ (*Idem*, 57).

Destaque-se aqui a posição pioneira de Soares Barbosa em reconhecer formalmente a ortografia usual como uma das três possíveis realizações. Na opinião de Kemmler (2012: 314), “[...] é precisamente esta introdução formal do sistema misto, que oscila entre os dois sistemas ‘clássicos’ da teoria ortográfica, que deve ser considerada uma das maiores inovações da *Grammatica philosophica* em matéria ortográfica”.

Na ótica barboseana, a importância do uso na ortografia é tal que, na única regra que o autor estabelece para a ortografia etimológica, na qual refere que “*toda a palavra Portuguesa, que for derivada ou da Lingua Grega, ou da Latina, deve conservar na escriptura os caracteres da sua origem, que se poderem representar pelos do nosso Alphabeto, e forem compatíveis com a nossa pronunçiação*” (Barbosa, 1822: 68), acaba por concluir que o uso é soberano, fazendo todas as exceções que assim entender: “*Mas o uso faz nesta regra todas as excepções, que quer*⁽¹¹⁾” (*Ibidem*).

Após a apresentação dos três sistemas ortográficos, o gramático reflete sobre o acesso da população a cada um deles. Considera que ao alcance do *Povo illitterato* só está a ortografia da pronunçiação, uma vez que para escrever segundo este sistema não é necessário conhecer o funcionamento das línguas grega e latina, bastando apenas distinguir bem os sons de cada palavra:

(10) Como aduz Kemmler (2001: 250):

Temos de reconhecer que não é fácil expor as ideias ortográficas de um ortógrafo que adere à corrente usual. Face às palavras do gramático torna-se claro porquê: o sistema é uma mistura de dois sistemas antagónicos. Como tal, o resultado da mistura podia e devia ser diferente de um ortógrafo para o outro e, naturalmente, de um indivíduo para o outro.

(11) Esta postura vale-lhe a crítica do ortógrafo Carlos Augusto de Figueiredo Vieira (1844: 15):

Em 1822 publicou J. S. Barbosa sua *grammatica philosophica* da lingua portugueza, onde tracta tambem da orthographia. Em vez porém de collocar-se no logar que lhe competia, expoz o erudito philologo as regras peculiares aos dous systemas orthographicos, e tendo estabelecido como regra primaria d'um d'elles – que a etymologia deveria regular a escriptura das palavras, – a conclue confessando – que o uso fazia nêssa regra as excepções que queria –.

Ja se vê que as Orthographias, *Etymologica* e *Usual* estão totalmente fóra do alcance do Povo illitterato. Porque nenhuma regra segura se lhe póde dar, ou elle perceber para deixar de errar a cada passo, que não seja a de largar a penna a qualquer palavra, que queira escrever, para consultar o vocabulario da Lingua. Porém a Orthographia da *Pronunção* não he assim. Rectificada que seja esta; não tem elle mais do que distinguir os sons, quer simples, quer compostos, de que consta qualquer palavra, e figural-os com os caracteres proprios, que os Alphabetos Nacionaes para isso lhe dão (*Idem*, 57).

Se, por um lado, esta modalidade é a mais acessível àqueles que não têm conhecimentos acerca das línguas clássicas, por outro,

ou por facil, ou por estranha ao uso presente da Nação,⁽¹²⁾ não he do gosto dos homens Litteratos, que não tendo a mesma difficuldade que tem os idiotas, para escreverem segundo as Etymologias, julgarião ter perdido seus estudos, se por isto se não distinguissem do vulgo imperito (*Ibidem*).

Após considerar as vantagens e desvantagens inerentes a cada sistema, Soares Barbosa, numa atitude conciliatória, propõe-se apresentar as regras que caracterizam cada uma das ortografias. Assim, dedica os capítulos II e III às *Regras proprias da Orthographia Etymologica*, e *Usual* e às *Regras proprias da Orthographia da Pronunção*, respetivamente. Note-se que no capítulo dedicado à ortografia da pronunção, à semelhança do que já fizera na *Eschola Popular*, no artigo relativo à pontuação, Barbosa adota a escrita da pronunção, facilitando assim o acesso e a compreensão das regras que está a explicar.

Relativamente às partes que integram a ortografia, o gramático considera que são duas, a saber:

A primeira he a união bem ordenada das Letras de qualquer vocabulo, correspondentes aos sons, e á sua ordem na boa pronunção do mesmo. A segunda he a separação dos mesmos vocabulos e orações na Escriptura continuada, segundo a distincção, e subordinação das ideas e sentidos, que exprimem. Aquella he objecto da Orthographia, tomada em hum sentido mais restricto; e esta he objecto da *Pontuação* (*Idem*, 58).

(12) Através destas palavras, fica claro que a ortografia da pronunção era um modelo 'estranho' à prática da nação, o que nos permite concluir que as várias propostas de implementação deste sistema não surtiram os efeitos desejados.

Desta divisão decorrem, assim, dois níveis de análise do sistema gráfico: um primeiro relacionado com as “Letras”, correspondente ao plano alfabético, e outro relacionado com a pontuação, correspondente ao plano extra-alfabético. Segundo Gonçalves (2003: 284), “esta divisão denota uma concepção lata de sistema ortográfico que não se restringe, portanto, aos elementos alfabéticos. A ela se deve que, desde o início, tenhamos assumido o conceito de «ideia ortográfica» no seu sentido mais amplo [...]”.

2. Alfabeto

Na primeira edição, o alfabeto apresentado por Madureira Feijó é composto por vinte e quatro letras, que são as seguintes: A, B, C, D, E, F, G, H, I, K, L, M, N, O, P, Q, R, S, T, U, V, X, Y, Z (cf. Feijó, 1734: 20). Na edição que estamos a usar, de 1781, o alfabeto já apresenta vinte e cinco letras, adicionando-se o <J> (cf. Feijó, 1781: 24), as quais se dividem em vogais e consoantes:

As vogaes são seis, *A, e, i, o, u, y*. Chamam-se vogaes, porque cada huma por si só tem voz clara, e distincta. As mais chamam-se *Consoantes*, porque na sua pronunçiação soão juntamente com as vogaes; tanto, que se as escrevessemos como as pronunciamos, seria assim *Be, ce, de, ef, ge, ba, etc.* (*Ibidem*).

Nas *Regras Communs a todas as Orthographias*, Jerónimo Soares Barbosa propõe trinta e um caracteres para a escrita das palavras portuguesas, “[...] a saber: 5 *vogaes oraes* A, E, I, O, U; 5 *Nasaes* *Ã, Ê, Î, Õ, Û*; e 21 *Consoantes* B, P, M, V, F, G, C, D, T, S (com vogal diante) Z, S, (sem vogal diante), X, J, CH, N, NH, L, LH, R, RR, como se póde ver no Livro I. da *Orthoepia*, Cap. I, e II” (Barbosa, 1822: 58).

Como se pode verificar, o gramático não inclui, “[...] no Abecedario do uso Nacional” (*Ibidem*), o <K> e o <Y> e inclui as prolações portuguesas <CH>, <NH>, <LH> e <RR>, ao contrário, por exemplo, do alfabeto proposto por Feijó na sua *Orthographia*.

Além do abecedário do uso, Soares Barbosa apresenta também “[...] o Abecedario vulgar, ou *Typographico* de 23 Letras, a saber: A, B, C, D, E, F, G, H, I, K, L, M, N, O, P, Q, R, S, T, U, X, Y, Z [...]” (*Idem*, 59), que critica por défice e por excesso:

[...] por huma parte he incompleto e falto não menos que de onze Letras, a saber: das cinco *Nasaes* *Ã, Ê, Î, Õ, Û*; das duas *Consoantes* J, e V, e das quatro

Prolações CH, NH, LH, RR, que são humas verdadeiras Consoantes, posto que figuradas com duas Letras: e por outra parte o mesmo Abecedario vulgar he sobejo de tres Letras, a saber: o K, e Y, que são Gregas, e o H, que, ainda sendo signal de aspiração, não deve ter lugar entre as Consoantes, mas sim entre os Accentos Prosodicos, aonde pertence (*Ibidem*).

Assim, na ótica do autor, para a ortografia das palavras portuguesas, não seriam necessárias as duas letras gregas <K> e <Y>, pois estas podem-se “[...] substituir com as nossas Letras [...]” (*Idem*, 68). Relativamente à primeira letra, também Madureira Feijó perfilha a opinião de que esta letra não é necessária. Ainda assim, Feijó (1781: 72) inclui-a no alfabeto:

146 A esta letra chamaõ os Gregos *Kappa*, e deles a tomáráõ os latinos, para escreverem alguns nomes, que passáraõ para o seu uso. Mas no sentir de Prisciano he letra inutil; porque todas as palavras, que se escrevem com *K*, se podem escrever com *C*, excepto *Kyrie eleison*; porque o *C*, quando não he aspirado com *H*, não fere a vogal seguinte com o som de *K*. Na lingua portugueza he escusada, porque não ha palavra, que se escreva com esta letra. Mas sendo taõ inutil, não incorreo na desgraça daquelles, que sendo os primeiros no pres-timo, saõ os ultimos na estimaçaõ; porque entre as letras do nosso alfabeto occupa o decimo lugar.

A inclusão desta letra no alfabeto justifica-se, na ótica do ortógrafo, pela necessidade de “[...] que os meninos saibaõ que também he letra, e como se figura” (Feijó, 1781: 24).

Relativamente ao <y>, enquanto Soares Barbosa considera que esta letra deve ser apenas usada “[...] nas palavras de origem Grega, que são menos trilhadas do Povo [...]” (Barbosa, 1822: 70), Feijó acaba por aceitar a utilização do <y> em determinadas situações, quando assume que “[...] não he superfluo entre nós o Y” (Feijó, 1781: 99). Por isso, usa o <y> quando a semivogal está em posição intervocálica (*cayado, payo, veyo*) e quando a grafia está consagrada pelo uso em palavras como *rey, ley, pay, boy*. Por último, não deixa de enumerar as várias palavras que se escrevem com <y> devido à sua origem greco-latina, de que são exemplos *syllaba, metaphysica, hyperbole*.

No que respeita aos casos em que o <y> é consagrado pelo uso e não tem qualquer fundamento etimológico, como os que Feijó apresenta, Soares Barbosa considera-os um abuso: “He porêem abuso empregar o Y em palavras, que o não tem na sua origem, como *Ley, Rey, Moyo, Comboy &c*” (Barbosa, 1822: 70).

Paralelamente, o gramático detém-se numa reflexão acerca da sequência das unidades alfabéticas, revelando aqui que, para além de ser um gramático linguista (cf. Sterse, 1989: 210), também é um gramático pedagogo.

Assim, verifica-se que o autor propõe uma sequência diferente daquela que é vulgarmente usada e que foi herdada do latim. Esta sequência é criticada pelo mesmo pois, para além de desorganizada, dado que mistura consoantes e vogais, não tem em consideração as afinidades entre as unidades: “Não falo ja na desordem fortuita do mesmo Abecedario vulgar, em que as vozes se vem misturadas com as Consoantes, e estas sem ordem alguma entre si; antes contra toda a serie de sua geração, e dos órgãos, a que pertencem” (Barbosa, 1822: 59). Posto isto, Soares Barbosa reorganiza o alfabeto, tornando-o “[...] fonético para que as pessoas reconheçam os sons básicos da língua portuguesa e possam, a partir da fala, escrever a língua com a ortografia da pronúnciação, passando depois à ortografia vulgar (usual e etimológica) quando as tiverem aprendido” (Cagliari, 1985: 96).

Relativamente às designações dadas às consoantes, o autor também se afasta e critica o uso dominante e defende uma denominação que facilite a aprendizagem da leitura por parte das crianças, seguindo a prática das “Nações Civilizadas”, introduzida, como sabido, pela *Grammaire Générale et Raisonnée* de Port-Royal.⁽¹³⁾

A nomenclatura vulgar de muitas destas Consonancias como são eMe, U, eFe, Gê, Cê, eSe, Xis, I, Ce Hågá, eNe, eNehagá, eLe Hagá, eRRe forte, eRRe brando, [...] he de hum grande embaraço para o seu aproveitamento. Elle dá a muitas letras hum valor e som, que ellas não tem; a outras accrescenta outros, que as mesmas não tem, e que não servem senão para embrulhar e confundir-se o som proprio e verdadeiro.

Todas as Nações Civilizadas tem ja largado, ha muito, este methodo; e dando ás Consoantes o seu valor proprio e uniforme por meio do *Seheva* [sic!], que ajuntão a cada huma, deste modo: Be, Pe, Me, Ve, Fe, Gue, Que, De, Te, Se, Ze, Xe, Je, CHE, NHe, Ne, Le, LHe, Re, RRe [...] (Barbosa, 1822: 13).

A implementação desta nomenclatura viria, assim, “[...] facilitar grandemente os methodos de soletrar, de Syllabar, e da Leitura, em que os mini-

(13) Na *Grammaire Générale* encontra-se precisamente a teoria de que às consoantes apenas se deve juntar um *e* mudo, para facilitar a sua pronúnciação: “Qu'on ne leur nommât aussi les consonnes que par leur son naturel, en y ajoutant seulement l'*e* muet, qui est nécessaire pour les prononcer: par exemple qu'on donnât pour nom à *b*, ce qu'on prononce dans la dernière syllabe de *tombe*; à *d* celui de la dernière syllabe de *ronde*; & ainsi des autres qui n'ont qu'un seul son” (Arnauld & Lancelot, 1780: 61).

nos gastão tanto tempo nas eschololas com muito trabalho, e mui pouco fructo” (*Idem*, 13-14).

Outro aspeto importante que o gramático evidencia a respeito da escrita das letras e que é fundamental para facilitar a leitura por parte das crianças é a forma das letras. Os meninos devem principiar “[...] a Leitura por cartas e livros de letra impressa, mais regular, mais uniforme, mais certa, e por isso mesmo tambem mais facil, e mais propria para dar o leite das Primeiras Letras á tenra idade⁽¹⁴⁾” (*Idem*, 54).

3. Ditongos

Os ditongos constituem uma das áreas mais controversas entre a doutrina dos gramáticos e ortógrafos, pois são fonte de diversas propostas e interpretações e, conseqüentemente, geradores de instabilidade gráfica.

Na definição de ditongo, Feijó remete para a inseparabilidade fónica de duas vogais que integram a mesma sílaba e para a origem da palavra: “9 Esta palavra *Dithongo* he tirada do Grego, e significa o som de duas vogaes; e por isso *Dithongo* he aquelle, que se faz de duas vogaes unidas, ou juntas debaixo de humá só pronunciação [...]” (Feijó, 1781: 25).

Atente-se, agora, na definição proposta por Soares Barbosa:

Diphthongo quer dizer *hum som feito de dois*, isto he, duas vozes unidas em hum som. Mas duas vozes nunca se podem unir em hum som, sem que huma dellas pela sua brevidade e rapidez se acoste á outra, dando-lhe parte de sua quantidade, e esta fique muito mais longa em comparação da outra. Huma pois necessariamente ha de ser mais longa e outra brevissima. A primeira na ordem das duas, que compõem o *Diphthongo*, chama-se *Prepositiva*, e a segunda *Subjunctiva* (Barbosa, 1822: 14).

Para a definição de ditongo, o autor atenta na etimologia da palavra, tendo em consideração as duas palavras gregas que a compõem. Assim,

(14) Na *Eschola Popular*, quando discute em que momento se deve ensinar a escrita às crianças e como, o gramático apresenta a mesma postura teórica relativamente aos tipos de letra, defendendo a aprendizagem da leitura através de caracteres impressos:

Os Meninos não se devem ensinar a Escrever, senão depois de terem já alguma firmeza nos musculos da mão, de cujos movimentos depende a formação dos caracteres; e depois de sabermos lêr desembaraçadamente a letra impressa tanto rodonda como bastarda; e antes de entramos na leitura da letra de mão ou diplomatica. A razão disso he evidente. [...] Em fim as fórmulas da letra impressa são sempre regulares, constantes e uniformes: as da diplomatica pela maior parte irregulares, variadas, e dissemelhantes. Aquellas pois podem-se fixar na memoria para se pintarem no papel; estas não: aquellas são bons modelos, estas pessimos (Barbosa, 1796c: 1-2).

o ditongo consistirá na junção de duas vozes unidas num só som. Alerta, também, para o facto de estas duas vozes não terem a mesma duração, ou seja, a mesma quantidade: uma é mais longa e outra mais breve, o que nos remete para a definição atual de ditongo, como conjunto de dois elementos, um de carácter vocálico e outro semivocálico. A primeira das vozes é a *prepositiva* e, segundo o autor, é sempre longa. A segunda deve ser mais rápida e mais breve do que a *prepositiva* e designa-se *subjunctiva*.

Após estas considerações preliminares, o gramático passa à apresentação dos ditongos, considerando para a nossa língua um total de dezasseis, dos quais dez são orais e seis nasais.

Na página 16 da *Grammatica*, Jerónimo Soares Barbosa apresenta a listagem dos ditongos orais e nasais com as suas possíveis grafias e respetiva exemplificação. Vejamos as propostas do autor:

Tabela 1. Listagem dos 10 ditongos orais

Possíveis grafias	Exemplos
ái, ay, ae	<i>Pái, Páy, Páes</i>
áo, au	<i>Páo, Páuta</i>
éi, éy	<i>Papéis, Réys</i>
êi, êy, hêi	<i>Rêi, Lêy, Hêi</i>
éo	<i>Céo</i>
êo, êu	<i>Mêo, Êu</i>
ío	<i>Ouvío</i>
ói, óe, óy	<i>Heróis, Heróe, Combóy</i>
ôi, ôe, ôy	<i>Bôi, Pôes, Môyo</i>
úi, úy	<i>Fúi, Úyvo</i>

Tabela 2. Listagem dos 6 ditongos nasais

Possíveis grafias	Exemplos
ãi, ãe, aen, ain	<i>Mãi, Mãe, Maens, Mains</i>
ão, hão, am, aon	<i>Mão, Hão, Mam, Maons</i>
êe, êi, em, en	<i>Bêe, Bêis, Bem, Bens</i>
õe, ôi, oin, oem, oen	<i>Põe, Pôis, Poins, Poem, Poens</i>
õo, om, on	<i>Bõo, Bom, Bons</i>
ũi, uim, uin	<i>Rũi, Ruim, Ruins</i>

Desta listagem de ditongos, cabe-nos destacar a perspicaz distinção que o gramático faz entre os planos fónico e gráfico, uma vez que para os dezasseis ditongos elencados (plano fónico) apresenta quarenta e cinco possíveis grafias (plano gráfico) (cf. Gonçalves, 2003: 468).

O número de ditongos apresentado pelo gramático não é coincidente com o de Feijó, que defende a existência dos seguintes ditongos: <aa, ae, ay, ai, ao, au, ea, ee, eo, ey, ei, eu, io, oe, oy, oi>. Esta lista permite-nos claramente confirmar a existência de “[...] uma notória interferência ou sobreposição do plano gráfico no plano fónico, dado muitas das enumerações incluírem variantes gráficas do mesmo ditongo.” (Gonçalves, 2003: 83).

Contrariamente a Soares Barbosa, Feijó não distingue os ditongos orais dos nasais e, destes últimos, apenas contempla os seguintes ditongos: <aã, aẽ, õe, aõ>, presentes em *irmãa, maçãã, caês, paês, melões, tostões*,⁽¹⁵⁾ *Alemaõ, Joaõ*. Ademais, Soares Barbosa apresenta ainda os ditongos <hei, ui, uy>, que não surgem em Feijó e, inversamente, este contempla os ditongos <aã, ea>. Relativamente ao ditongo <ee>, que apenas Feijó lista, o ortógrafo condena a sua utilização, uma vez que o recurso ao acento agudo evitaria a duplicação da vogal:

13 Não me lembra ter achado algum dithongo de dous *Ee* na lingua Portuguesa; e se alguns escrevem *Fee See*, com elles, he erro manifesto, porque tal não soa na sua pronunçiação, nem são necessarios; pois basta o accentto agudo para se escreverem com o som alto, com que se pronunçiaõ *Fê, Sé* [...] (Feijó, 1734: 26-27).

4. Representação da nasalidade

A representação da nasalidade cria alguns problemas aos ortógrafos, uma vez que se trata de um campo marcado por uma instabilidade gráfica e, por vezes, até polémico.

Relativamente à representação da nasalidade nos ditongos, Soares Barbosa descreve os usos habituais, referindo que ela se pode marcar com recurso ao til ou através da sequência de vogal mais consoante nasal, no entanto alerta para alguns inconvenientes que podem advir do uso de vogal e consoante nasal, nomeadamente o facto de se poderem confundir os

(15) Tal como Kemmler (2001: 210) alerta, “Mais notável ainda é que para as formas do plural, Feijó (1734: 25; 1739: 20) muitas vezes usa <-oens> em vez de <-ões>, como postula (*Feijões, Tostões, mas Lafoens, dicçoens*).”

ditongos nasais com as vogais nasais simples (*pão / pam*)⁽¹⁶⁾ e de o <n> ser colocado fora do lugar no plural dos nomes (*maons / mãos*). A conclusão é que o recurso ao til é o caminho mais seguro para evitar enganos:⁽¹⁷⁾

Sobre o que cumpre advertir que ninguém se engane com a nossa Orthografia vulgar, que póde muito facilmente induzir em erro, quando escreve os Diphthongos Nasaes humas vezes com a Prepositiva so sem a sua Subjunctiva, como *Pam, Bem*, em lugar de *Pão, Bêe*; e outras com ambas as vozes sim, mas com a modificação Nasal fóra do seu lugar, como em *Mains, Maons, Sermoens, Bens, Ruins*. Porque a nasalidade, marcada por nós com o *Til* por cima da vogal, cahindo sempre nos nossos Diphthongos Nasaes sobre a prepositiva dos mesmos; a Orthographia vulgar a vem a pôr no fim das duas vozes, fóra do seu lugar, figurando-a com *N*, que tambem tem este valor, quando não he seguido de vogal. Este *N*, em lugar de *Til*, teria o seu lugar proprio immediatamente depois da prepositiva, se em vez de escrever *Mains, Maons, Sermoens, Beens, Ruins*, escrevessemos *Manis, Manos, Sermones, Benes, Runis*. Mas esta escriptura tinha o inconveniente de fazer do *N*, signal de nasalidade, hum *N* Consoante pela vogal que se lhe segue, como fazem os Hespanhoes. Para evitar pois este absurdo, cahio no outro de pôr o signal nasal fóra do seu lugar. Porém quem escrever os Diphthongos Nasaes constantemente com o *Til* por cima da prepositiva, evitará hum e outro desacerto (Barbosa, 1822: 16-17).

No caso de Feijó, verifica-se que na prática recorre ao til ou à consoante para marcar a nasalidade, no entanto na definição⁽¹⁸⁾ que apresenta de til, considera-o como abreviatura e, neste sentido, refere que é usado para suprir as letras <m,⁽¹⁹⁾n> quando são dobradas, quando temos um <m> em contexto de final de palavra, e é *senal de abreviatura* em diversas palavras, como é o caso do q (*que*) e de alguns nomes patronímicos.

(16) “*Pam, Bom, Bem*, que val o mesmo que *Pã, Bõ, Bê*, em lugar de duas *Pão, Bõo, Bêe &c*” (Barbosa, 1822: 65).

(17) De acordo com Rita Marquilhas (1991: 84):

É antiga (remonta ao século XVI, ou seja, aos alvares da metalinguística portuguesa) a discussão teórica sobre a grafia destes ditongos; no século XVIII a questão continua a ser debatida entre os gramáticos. A nível prático, a escolha mais frequente é a da utilização da grafia com til, mas não deixa de ser usado o grafema próprio da consoante nasal junto do grafema vocálico.

(18) O *Til* pela figura, com que se fórma, não he letra, mas hum mero supplemento de algumas letras inventado para as abbreviaturas de muitas palavras, nas quaes suppre o *Til* aquella letra, que por brevidade deixamos; e sempre se põe como apice sobre a palavra no lugar correspondente á letra que suppre. (Feijó 1781: 108).

(19) A utilização do til como forma de abreviatura tinha muitas vezes o objetivo de rentabilizar o espaço ocupado pelas palavras na frase, tal como reconhece Williams (1991: 34): “O til foi usado pelo *m* intervocálico para ganhar espaço num esforço de manter a linha dentro dos limites da margem direita.”

Estas considerações do ortógrafo revelam-nos que ele preconiza o til como sinal de abreviatura, no entanto verificamos que não lhe atribui a característica da nasalidade, o que leva Kemmler (2007: 368) a tecer o seguinte comentário:

Embora parecesse ter captado a essência do conceito da nasalidade no tratamento dos ditongos nasais, é curioso que Feijó, quando trata do til, recua ao considerar que o til, nos contextos mencionados, somente teria a função de abreviatura de uma consoante nasal.

4.1. Ditongo nasal [ẽw]

Como já referimos, Feijó contempla os seguintes ditongos nasais: <aã, aẽ, õe, aõ>. No caso deste último ditongo <aõ>, Feijó, depois de analisar os argumentos apresentados por outros autores para justificar as suas opções de grafia, assume uma posição diferenciada e explica:

[...] todos os nomes, que acabaõ com som forte [...] se escrevaõ com *aõ*, como *Alemaõ*, *Christaõ*, *Joaõ*, *Sebastiaõ*, &c. e os que forem breves, teraõ accentto na penultima, ou na vogal antecedente: como *Christóvaõ*, *Estêvaõ*, &c. Nas linguagens dos verbos, as que acabarem breves, teraõ os mesmos accenttos nas vogaes penultimas ao dithongo, como: *Elles amáraõ*, *Ensináraõ*, *Lêraõ*, *Ouvíraõ* do preterito; e as que forem longas, naõ teraõ os taes accenttos. E se me disserem, que ainda fica dúvida no tempo donde fallaõ, naõ tendo accentto, porque poucos o usaõ; respondo, que se escrevaõ as linguagens do futuro com *am*, e accentto agudo sobre o *A*: v.g. se quizermos dizer que as náos *partíraõ* hontem, ou *partirão á manhã*; quando *escrevermos só Partíraõ*, se for do preterito, será *Partíraõ* com accentto agudo, ou circumflexo no *I*; e se for do futuro, será *Partíram* com o mesmo accentto no *A*; e naõ *Partiraõ*, porque o til occupa o lugar do accentto.” (Feijó, 1781: 80).

Assim, Feijó distingue claramente os nomes oxítonos que devem escrever-se com *aõ*, como *Alemaõ*, *Christaõ*, *Joaõ*, *Sebastiaõ* e os nomes cuja sílaba tónica não corresponde ao ditongo nasal e que, por isso, deverão ser acentuados graficamente na sílaba anterior, como acontece com os exemplos fornecidos pelo autor *Christóvaõ*, *Estêvaõ*.

Relativamente às formas verbais, Feijó propõe a utilização de um acento agudo ou circumflexo na penúltima sílaba para o pretérito perfeito (*partí-raõ*) e, no caso do futuro, apenas um til. Como alternativa à representação

desta última forma verbal, o autor indica a possibilidade de se recorrer à desinência <âm>, que implicaria o uso de um acento na última sílaba.

Este ditongo <aõ> pode ainda ser encontrado nas formas de plural de palavras “[...] que no castelhano acabaõ em *ano* no singular, e no plural em *anos* [...]” (*Idem*, 112), como por exemplo *Cidadaõs*, *Cortesaõs*, *Christaõs*, *Vilaõs*.

Para representar o ditongo [ẽw], Soares Barbosa propõe as grafias <ão, hão, am, aon>. Desta forma, encontramos duas grafias em que a nasalidade é marcada pelo til, <ão, hão>, e outras duas em que é marcada pela sequência vogal e consoante nasal, <am, aon>.

A grafia <aon> serve para marcar alguns plurais das palavras terminadas em <ão>, como *maons* e *saons*, no entanto, segundo o gramático esta grafia tem o inconveniente de colocar a nasalidade fora do lugar, pelo que não é uma forma adotada no seu texto.

No tocante à representação <ão>, notamos desde logo que o gramático não contempla na *taboa* a sua variante <aõ>, que é recomendada por Feijó. Encontramos este ditongo no texto da gramática em palavras como *aspiração*, *atenção*, *canção*, *christão*, *sabichão*. Tal como em Feijó, esta representação está também associada à formação dos plurais de alguns nomes portugueses em <ão>, que em castelhano terminam em <ano>, “[...] como *Christão* *Christãos*, *Cortesaõ* *Cortesaõs*, *Grão* *Grãos*, *Irmão* *Irmãos*, *Mão* *Mãos*, *Orfão* *Orfãos*, *Orgão* *Orgãos*, e poucos mais. Os nomes *Benção*, *Cidadaõ*, e *Villaõ*, podem fazer de ambos os modos: *Benções*, ou *Benções*,⁽²⁰⁾ *Cidadaões*, ou *Cidadaões*, *Villaões*, ou *Villaões*” (Barbosa, 1822: 135-136).

Relativamente à ocorrência de <ão> em formas verbais, verificamos que, na edição de 1822, é usado nos tempos do presente, do pretérito e do futuro,⁽²¹⁾ o que significa que não se recorre à distinção destes tempos através da oposição <ão>, para o futuro, e <am>, para os restantes tempos.⁽²²⁾

Embora o gramático não discuta diretamente qual das duas grafias seria a indicada, há passos do texto que nos permitem retirar algumas conclusões. Assim, no parágrafo dedicado aos números e pessoas do verbo,

(20) José Inês Louro aponta esta palavra precisamente como uma das que passaram do terceiro grupo (palavras que formam o plural em <ões>) para o primeiro grupo (palavras em <ão> desde o princípio da língua e que fazem o plural em <ãos>): “[...] *bênção* (< *benção*, pl. *benções*) passou para o primeiro (*bênção*, pl. *bênções*) por ter deslocado o acento (pois todas as formas em -ão átono têm esta flexão) [...]” (Louro, 1952: 45).

(21) Na *Gazeta de Lisboa* de 1815, Fontes (2013:132) apenas detetou formas verbais em <ão>, não existindo nenhuma ocorrência em <am>, o que está em consonância com o que acontece no nosso texto de 1822.

(22) Na reflexão que faz acerca da origem do ditongo <ão> final, Williams (1991:182) refere que “é muito provável que tenha sido por analogia de *vaão* que ão se tenha tornado a terminação da terceira pessoa do plural que originalmente terminava em *-am* e *-om*”.

o autor esclarece que a terceira pessoa do plural termina constantemente “[...] ou em *ão*, ou em *em*, segundo a terceira do singular tem *a*, ou *e*” (*Idem*, 229). Num outro passo, no âmbito das regras comuns a todas as ortografias, ao aconselhar o uso de acento gráfico para distinguir palavras que sem ele se confundiriam, o gramático apresenta como um dos exemplos as formas do pretérito e do futuro:

Todos convem em que, para representar todas as nossas 10 vozes oraes, mostradas na Taboa Cap. I. da Orthoepia, nos sirvamos so das cinco vogaes a, e, i, o, u; porêm com a differença dos Accentos vogaes, com que se distinguem, todas as vezes que esta distincção for necessaria para huma palavra univoca se não confundir com outra, como sem elles se confundirião Para verbo com Para preposição, Sé nome com Sê verbo e Se Conjuncção, Avó feminino com Avô masculino, e Amárão preterito com Amarão futuro (Idem, 61).

Se, para estas formas, o gramático prevê um acento distintivo, é porque entendia que elas se escreveriam da mesma maneira, portanto com <ão>. Neste sentido, aponta, para o pretérito, a utilização de um acento agudo (ou circunflexo) na penúltima sílaba (*amárão*) e, para o futuro, na última sílaba (*amarão*). Neste último caso, distingue-se de Feijó ao propor o uso do acento para a forma de futuro.

A grafia desta última forma, com o til colocado na *subjunctiva* do ditongo, <aão>, colide com a proposta que o gramático faz na página 17, pois aí ele manifesta a preferência de marcar a nasalidade dos ditongos com o til sobre a prepositiva dos mesmos, o que torna esta proposta para o futuro algo incoerente.

Considerações finais

A leitura das duas obras evidencia a importância que estes dois autores tiveram na sua época. No caso de Madureira Feijó e da sua *Ortographia*, esta foi uma obra cuja influência perdurou pelo século XIX, marcada pelo seu pendor etimologizante e pela defesa de um regresso à matriz clássica. Esta perspectiva seria uma forma de distinção entre os doutos e uma camada menos erudita,⁽²³⁾ que preferiria guiar-se pelo critério fonético e conse-

(23) Contrariamente à Academia Espanhola, que reformava a ortografia no século XVIII com base em princípios fonéticos racionais, a Academia de Lisboa continuava a consagrar a etimologia como princípio mais importante. Segundo Williams (1991: 41), “Talvez fôsse influenciada nessa política pela ortografia francesa e pelo desejo pedante de marcar um fôso distintivo entre os homens de letras e o pequeno número de pessoas que sabiam ler.”

quente defesa da simplicidade do sistema gráfico, favorecendo a democratização da escrita.

Na *Grammatica Philosophica*, muitos são os momentos em que o autor se revela flexível e aceita a diversidade de usos. Assim, logo a iniciar o segundo livro, após a apresentação dos três sistemas ortográficos, Soares Barbosa refere que a ortografia da pronúnciação é a mais acessível para aqueles que não detêm conhecimentos das línguas clássicas, porém conclui que esta não agrada aos doutos, que preferentemente escrevem segundo as etimologias. Como certamente entende que a sua função é dar a conhecer a língua, opta por descrever todos os sistemas, deixando liberdade na escolha: “Eu, para satisfazer a todos, porei primeiro as Regras communs a todas as Orthographias, e depois ás proprias a cada huma dellas. Quem quizer poderá escolher” (Barbosa, 1822: 57-58).

Na prática, no momento da redação, apesar do esforço de codificação gráfica encetado por vários autores ao longo dos dois séculos, verificamos que cabia a cada um a opção por um caminho⁽²⁴⁾ mais ou menos arcaizante, que estaria também condicionado pelo conhecimento que se tinha da língua latina e pela defesa de um purismo ortográfico, assente na sua filiação latina.

Referências

- ARNAULD & LANCELOT (1780), *Grammaire Générale et Raisonnée*, Quatrième édition, Paris, Chez Durand neveu, Libraire.
- [BARBOSA, Jerónimo Soares] (1796c), *Eschola Popular das Primeiras Letras dividida em quatro partes. Parte Terceira. da Calligraphia, E Orthographia, ou arte de escrever bem e certo a lingua portugueza*, Coimbra, Na Real Imprensa da Universidade.
- BARBOSA, Jerónimo Soares (1822): *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza ou principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem*, Lisboa, Typographia da Academia das Sciencias.
- BARBOSA, Jerónimo Soares (2005), *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa (1822)*, Edição anastática, comentário e notas críticas de Amadeu Torres, Braga, Publicações da Faculdade de Filosofica, Universidade Católica Portuguesa.
- CAGLIARI, Luiz Carlos (1985), “A escrita na gramática de Jerónimo Soares Barbosa”. In: *Anais de Seminários do Gel*, Bauru, GEL, pp. 93-97.

(24) Marquilhas (1987: 103) alude a esta questão da escolha individual que marcou a ortografia nacional: “[...] até 1911, nunca se pôde falar de uma única e coerciva ortografia nacional, pelo que a subversão individual de quaisquer regras adquiridas não significava mais que uma mera opção gráfica pessoal.”

- COELHO, SÓNIA (2013), *A Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza de Jerónimo Soares Barbosa: Edição Crítica, Estudo e Notas*, Vila Real, Centro de Estudos em Letras / UTAD.
- FEIJÓ, João de Morais Madureira (¹1734), *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portugueza para uso do excellentissimo duque de Lafoens*, Lisboa Occidental, Na Officina de Miguel Rodrigues.
- FEIJÓ, João de Morais Madureira (²1739), *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portugueza para uso do excellentissimo duque de Lafoens*, Lisboa Occidental, Na Officina de Miguel Rodrigues.
- FEIJÓ, João de Morais Madureira (³1781), *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portugueza para uso do excellentissimo duque de Lafoens*, Lisboa, na Regia Officina Typografica.
- FONTES, SUSANA (2013), *Gazeta de Lisboa (1715-1716 e 1815): Estudo Informático-Linguístico*, Vila Real, Centro de Estudos em Letras / UTAD.
- GONÇALVES, Maria Filomena (1992), *Madureira Feijó: ortografista do século XVIII; para uma história da ortografia portuguesa*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação (Identidade Série Língua Portuguesa).
- GONÇALVES, Maria Filomena (2003), *As ideias ortográficas em Portugal. De Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911)*, Braga, Fundação Calouste Gulbenkian.
- KEMMLER, Rolf (2001), “Para uma história da ortografia portuguesa: o texto metaortográfico e a sua periodização do século XVI até à reforma ortográfica de 1911”, *Lusorama* Nr. 47-48 (Oktober 2001), pp. 128-319.
- KEMMLER, Rolf (2007), *A Academia Orthográfica Portuguesa na Lisboa do Século das Luzes. Vida, obras e actividades de João Pinheiro Freire da Cunha (1738-1811)*, Frankfurt am Main, Domus Editoria Europaea.
- KEMMLER, Rolf (2012), “A evolução das ideias ortográficas de Jerónimo Soares Barbosa: da Escola Popular (1796) à Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza (1822)”, in Armanda Costa, Cristina Flores & Nélia Alexandre (org.), *XXVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística: Textos Seleccionados*, CD-ROM, pp. 297-318.
- LOURO, José Inês (1952), “Origem e flexão dalguns nomes portugueses em -ão”. In: *Boletim de Filologia*. Tomo XIII, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, pp. 35-65, disponível em http://cvc.instituto-camoes.pt/bdc/lingua/boletimfilologia/13/pag37_65.pdf, consultado em 12 de fevereiro de 2014.
- MARQUILHAS, Rita (1987), “O acento, o hífen e as consoantes mudas nas Ortografias antigas portuguesas”, in Ivo Castro, Inês Duarte & Isabel Leiria (eds.), *A demanda da ortografia portuguesa*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, pp. 103-116.
- MARQUILHAS, Rita (1991), *Norma Gráfica Setecentista – Do Autógrafo ao Impresso*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.

- NUNES, José Joaquim (1989), *Compêndio de Gramática histórica portuguesa*, Lisboa, Clássica Editora.
- SILVA, Inocêncio Francisco da (1859), *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Volume III, Lisboa, na Imprensa Nacional.
- STERSE, Célia Maria Limongi (1989), *A Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza – uma gramática antiga e atual*, Dissertação de mestrado não publicada, São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- TAVANI, Giuseppe (1987), “Antecedentes históricos: a ortografia da língua portuguesa”, in Ivo Castro, Inês Duarte & Isabel Leiria (eds.), *A demanda da ortografia portuguesa*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, pp. 201-203.
- VIEIRA, Carlos Augusto de Figueiredo (1844), *Ensaio sobre a Orthographia Portugueza*, Porto, Typographia Commercial.
- WILLIAMS, Edwin (1991), *Do latim ao português: fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa*, 5.^a edição, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro (Tradução de Antônio Houaiss).